

**No. 39143**

---

**Brazil  
and  
Bolivia**

**Basic Agreement on technical, scientific and technological cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Bolivia. Fortaleza, 17 December 1996**

**Entry into force:** *20 July 1998 by notification, in accordance with article VI*

**Authentic texts:** *Portuguese and Spanish*

**Registration with the Secretariat of the United Nations:** *Brazil, 3 February 2003*

---

**Brésil  
et  
Bolivie**

**Accord de base relatif à la coopération technique, scientifique et technologique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de Bolivie. Fortaleza, 17 décembre 1996**

**Entrée en vigueur :** *20 juillet 1998 par notification, conformément à l'article VI*

**Textes authentiques :** *portugais et espagnol*

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies :** *Brésil, 3 février 2003*

[ PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS ]

ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA  
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O  
GOVERNO DA REPÚBLICA DA BOLÍVIA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Bolívia  
(doravante denominados “Partes Contratantes”),

Animados pelo desejo de fortalecer os tradicionais laços de amizade existentes entre suas Nações, e

Reconhecendo as vantagens para ambos os países que resultariam de uma estreita cooperação no campo da Ciência e Tecnologia,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

1. As Partes Contratantes comprometem-se a elaborar e executar, de comum acordo, programas e projetos de cooperação técnica, científica e tecnológica.
2. Os programas e projetos de cooperação a que faz referência o presente Acordo Básico serão objeto de ajustes complementares, que regulamentarão, em particular:
  - a) o conteúdo e alcance dos projetos de pesquisa e as instituições a serem responsáveis por sua implementação;
  - b) a exploração dos resultados produzidos pelas atividades conjuntas de pesquisa e desenvolvimento;
  - c) o financiamento da cooperação;
  - d) obediência aos regulamentos vigentes no local de trabalho pelos cientistas e pesquisadores que participem de programas de intercâmbio.

## ARTIGO II

1. Para fins do presente Acordo, a cooperação técnica, científica e tecnológica entre as duas Partes Contratantes poderá assumir as seguintes formas:

- a) elaboração e execução conjuntas de programas e projetos de cooperação técnica e de pesquisa científica e tecnológica;
- b) organização de seminários e conferências;
- c) realização de estágios para treinamento de pessoal;
- d) troca de informações e documentação;
- e) prestação de serviços de consultoria, ou
- f) qualquer outra modalidade convencionada pelas Partes Contratantes.

2. Na execução das diversas formas de cooperação técnica, científica e tecnológica, poderão ser utilizados os seguintes meios:

- a) envio de técnicos e pesquisadores, individualmente ou em grupos;
- b) concessão de bolsas de estudo para o aperfeiçoamento profissional;
- c) envio de equipamento indispensável à realização de projetos específicos.

3. As atividades de cooperação previstas pelo presente Acordo poderão ser executadas por universidades, centros de pesquisa, instituições e empresas públicas e privadas, de acordo com a legislação vigente em cada país.

4. As Partes Contratantes, de comum acordo, poderão contemplar a participação de terceiros países e de organismos multilaterais de cooperação em programas e projetos específicos.

## ARTIGO III

1. As Partes Contratantes instituirão um Grupo Permanente de Coordenação brasileiro-boliviana no âmbito do presente Acordo, constituído por Representantes do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil e do Ministério das Relações Exteriores e Culto e da Subsecretaria de Investimento Público e Financiamento Externo da Bolívia, além de outras instituições técnica, científicas e tecnológicas competentes dos dois países. Sua função será definir os campos de cooperação e os programas exigidos para a sua implementação.

2. As tarefas do Grupo Permanente de Coordenação incluirão, em particular:
  - a) a criação de ambiente favorável para a cooperação;
  - b) apoio à implementação dos programas e projetos acordados;
  - c) intercâmbio de opiniões sobre as perspectivas e prioridades da cooperação técnica, científica e tecnológica, bem como discussões de propostas para futuro desenvolvimento da cooperação;
  - d) avaliação dos projetos conjuntos.
3. O Grupo Permanente de Coordenação reunir-se-á alternadamente em ambos os países, em datas e locais a serem acordados por via diplomática.
4. Cada uma das Partes Contratantes poderá, a qualquer momento, submeter os termos de referência e cronograma de execução dos mencionados projetos por via diplomática à aprovação da outra Parte Contratante.
5. O Grupo Permanente de Coordenação encaminhará, para conhecimento, à Comissão Mista de Coordenação Brasil-Bolívia, os resultados dos seus trabalhos.

#### ARTIGO IV

1. As Partes Contratantes acordam que os equipamentos necessários para pesquisa conjunta e para projetos experimentais ao amparo do presente Acordo, não devem ser afetados por taxas de importação e/ou exportação.
2. Cada Parte Contratante, segundo suas leis e regulamentos, deverá assegurar toda assistência e facilidades aos cidadãos da outra Parte Contratante, que se encontrem em seu território no cumprimento das atividades que estiverem incumbidos nos termos do presente Acordo.

#### ARTIGO V

1. A validade do presente Acordo será de 5 (cinco) anos, prorrogáveis automaticamente por períodos de um ano, salvo se uma das Partes Contratantes comunicar à outra, com antecedência mínima de 6 (seis) meses, sua decisão contrária.
2. O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes e seus efeitos cessarão 6 (seis) meses após a data de denúncia.

3. A denúncia não afetará os programas e projetos em execução, salvo quando as Partes Contratantes convierem diversamente.

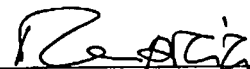
ARTIGO VI


I. As divergências na interpretação e implementação deste Acordo serão resolvidas pela negociação entre as Partes Contratantes.

2. O presente Acordo entrará em vigor no momento em que as Partes Contratantes entreguem uma à outra notificação por escrito de que foram cumpridos os requisitos legais internos para sua entrada em vigor.

3. Este Acordo substituirá o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, firmado em 10 de julho de 1973

Feito em Fortaleza, em 17 de dezembro de 1996, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

  
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL  
Luiz Felipe Lampreia  
Ministro de Estado das Relações  
Exteriores

  
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
DA BOLÍVIA  
Antônio Arambur  
Chanceler

[ SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL ]

ACUERDO BÁSICO DE COOPERACIÓN TÉCNICA, CIENTÍFICA Y TECNOLÓGICA  
ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL  
GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DE BOLIVIA

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

y

El Gobierno de la República de Bolivia

(en adelante llamados Partes Contratantes)

Animados por el deseo de fortalecer los tradicionales lazos de amistad existentes entre sus Naciones y,

Reconociendo las ventajas para ambos países que resultarían de una estrecha cooperación en el campo de la Ciencia y Tecnología,

Acuerdan lo siguiente:

ARTÍCULO I

1. Las Partes Contratantes se comprometen a elaborar y ejecutar, de comun acuerdo, programas y proyectos de cooperación técnica, científica y tecnológica.
2. Los programas y proyectos de cooperación a los que se hace referencia en el presente Acuerdo Básico serán objeto de ajustes complementarios, los que reglamentarán, en particular:
  - a) el contenido y el alcance de los proyectos de investigación y las instituciones que serán responsables por su ejecución;
  - b) la utilización de los resultados producidos por las actividades conjuntas de investigación y desarrollo;
  - c) el financiamiento de la cooperación;

d) la obediencia, a los reglamentos vigentes, en el local de trabajo por los científicos e investigadores que participen de los programas de intercambio.

## ARTÍCULO II

1. Para los fines del presente Acuerdo, la cooperación técnica, científica y tecnológica entre las dos Partes Contratantes podrá asumir las siguientes formas:
  - a) elaboración y ejecución conjuntas de programas y proyectos de cooperación técnica y de investigación científica y tecnológica;
  - b) organización de seminarios y conferencias;
  - c) realización de pasantías y adiestramiento de personal;
  - d) intercambio de información y documentación;
  - e) rendición de servicios de consultoría; o
  - f) cualquier otra modalidad acordada entre las Partes Contratantes.
  
2. En la ejecución de las diversas formas de cooperación técnica, científica y tecnológica, podrán ser utilizados los siguientes medios:
  - a) envío de técnicos e investigadores, individual o en grupos;
  - b) concesión de becas para el perfeccionamiento profesional;
  - c) envío del equipamiento indispensable para realizar los proyectos específicos.
  
3. Las actividades de cooperación previstas en el presente Acuerdo podrán ser ejecutadas por universidades, centros de investigación, instituciones y empresas públicas y privadas, de acuerdo con la legislación vigente en cada país.
  
4. Las Partes Contratantes, de comun acuerdo, podrán contemplar la participación de terceros países y de organismos multilaterales de cooperación en programas y proyectos específicos.

## ARTÍCULO III

1. Las Partes Contratantes instituirán un Grupo Permanente de Coordinación brasileño - boliviano dentro del ámbito del presente Acuerdo, constituido por

representantes del Ministerio de Relaciones Exteriores y del Ministerio de Ciencia y Tecnología del Brasil y del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto y de la Subsecretaría de Inversión Pública y Financiamiento Externo de Bolivia, además de otras instituciones técnicas, científicas y tecnológicas competentes de los dos países. Su función será definir los campos de cooperación y los programas exigidos para su ejecución.

2. Las tareas del Grupo Permanente de Coordinación incluirán, en particular:
  - a) la creación de un ambiente favorable para la cooperación;
  - b) apoyo a la ejecución de los programas y proyectos acordados;
  - c) intercambio de opiniones sobre las perspectivas y prioridades de la cooperación técnica, científica y tecnológica, así como discusiones de propuestas para el futuro desarrollo de la cooperación;
  - d) evaluación de los proyectos conjuntos.
3. El Grupo Permanente de Coordinación se reunirá alternadamente en ambos países, en fechas y locales a ser acordados por vía diplomática.
4. Cada una de las Partes Contratantes podrá, a cualquier momento, someter los términos de referencia y el cronograma de ejecución de los mencionados proyectos por vía diplomática para la aprobación de la otra Parte.
5. El Grupo Permanente de Coordinación enviará a la Comisión Mixta de Coordinación Brasil-Bolivia, para su conocimiento, los resultados de sus trabajos.

#### ARTÍCULO IV

1. Las Partes Contratantes acuerdan que el equipamiento necesario para la investigación conjunta y para los proyectos experimentales amparados por el presente Acuerdo no deben ser afectados por tasas de importación y/o exportación.
2. Cada Parte, según su legislación y reglamentos, deberá asegurar asistencia y facilidades a los ciudadanos de la otra Parte Contratante que se encuentren en su territorio, en cumplimiento de las actividades en las que estuvieran incumbidos en los términos del presente Acuerdo.



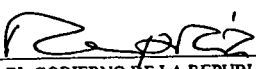
ARTÍCULO V


1. El presente Acuerdo tendrá una validez de cinco años prorrogables automáticamente por periodos de un año, salvo si una de las Partes Contratantes comunicara a la otra, con una anticipación mínima de seis meses, su decisión contraria.
2. El presente Acuerdo podrá ser denunciado por cualquiera de las Partes Contratantes y sus efectos cesarán seis meses después de la fecha de la denuncia.
3. La denuncia no afectará los programas y proyectos en ejecución, salvo cuando las Partes Contratantes coincidan distintamente.

ARTÍCULO VI

1. Las divergencias en la interpretación y en la ejecución de este Acuerdo serán resueltas por negociación entre las Partes Contratantes.
2. El presente Acuerdo entrará en vigor el momento en que las Partes Contratantes se intercambien una notificación por escrito de que fueron cumplidos los requisitos legales internos para su entrada en vigor.
3. Este Acuerdo reemplazará el Acuerdo Básico de Cooperación Técnica y Científica entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República de Bolivia, firmado el 10 de julio de 1973.

En fe de lo cual, firmamos este Acuerdo en Fortaleza, a los diecisiete días del mes de diciembre de 1996, en dos originales en los idiomas español y portugués, ambos igualmente válidos.

  
POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA  
FEDERATIVA DEL BRASIL  
Luiz Felipe Lampreia  
Ministro de Estado das Relações  
Exteriores

  
POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA  
DE BOLÍVIA  
Antônio Aranzibar  
Chanceler

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

BASIC AGREEMENT ON TECHNICAL, SCIENTIFIC AND  
TECHNOLOGICAL COOPERATION BETWEEN THE GOVERNMENT  
OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE  
GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF BOLIVIA

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Bolivia (hereinafter referred to as the Contracting Parties),

Desiring to strengthen the traditional ties of friendship between their Nations and,

Recognizing the reciprocal advantages which would result from close cooperation in the fields of science and technology,

Have agreed as follows:

*Article I*

1. The Contracting Parties undertake to formulate and execute, by mutual agreement, scientific, technical and technological cooperation programmes and projects.

2. The programmes and projects referred to in the present Basic Agreement shall be the subject of supplementary agreements, which shall specify, in particular:

(a) the content and scope of the research projects and the institutions that shall be responsible for their execution;

(b) the utilization of the results produced by joint research and development activities;

(c) financing of the cooperation;

(d) observance of the regulations in force in the workplace by the scientists and researchers who participate in the exchange programmes.

*Article II*

1. For the purposes of the present Agreement, technical, scientific and technological cooperation between the two Contracting Parties may take the following forms:

(a) Joint formulation and execution of technical, scientific and technological cooperation programmes and projects and technical and scientific research;

(b) Organization of seminars and conferences;

(c) Implementation of practical personnel training programmes;

(d) Exchange of information and documentation;

(e) Provision of advisory services; or

(f) Any other form agreed on by the Contracting Parties.

2. The following means may be used to implement the various forms of technical, scientific and technological cooperation:

- (a) Sending of technicians and researchers, individually or in groups;
- (b) Granting of fellowships for advanced training;
- (c) Sending of equipment required for the execution of specific projects.

3. The cooperation activities covered by the present Agreement shall be executed by universities, research institutions and public and private institutions and companies, in accordance with the legislation in force in each country.

4. The Contracting Parties may, by mutual agreement, consider the participation of third countries and multilateral cooperation agencies in specific programmes and projects.

### *Article III*

1. The Contracting Parties shall establish a Brazil-Bolivia Permanent Coordination Group under the present Agreement, comprised of representatives of the Ministry of Foreign Affairs and the Ministry of Science and Technology of Brazil and the Ministry of Foreign Affairs and Public Worship and the Sub-secretariat for Public Investment and External Finance of Bolivia, in addition to other competent technical, scientific and technological institutions of both countries. Its function shall be to determine the areas of cooperation and the programmes required for its execution.

2. The duties of the Permanent Coordination Group shall include, in particular:

- (a) Establishment of an environment conducive to cooperation;
- (b) Support to the execution of the programmes and projects agreed on;
- (c) Exchange of views on the possibilities and priorities for technical, scientific and technological cooperation, as well as discussions of proposals for the development of future cooperation;
- (d) Evaluation of joint projects.

3. The Permanent Coordination Group shall meet alternately in both countries, at times and places to be agreed through the diplomatic channel.

4. Each Contracting Party may submit at any time the terms of reference and timetable for execution of the aforementioned projects, through the diplomatic channel, for approval by the other Party.

5. The Permanent Coordination Group shall submit the results of its work to the Brazil-Bolivia Mixed Commission on Coordination.

### *Article IV*

1. The Contracting Parties agree that the equipment required for joint research and experimental projects under the present Agreement shall not be subject to import or export duties.

2. Each Party, in accordance with its laws and regulations, shall offer assistance to the nationals of the other Contracting Party while present in its territory to facilitate the execution of the activities covered under the terms of this Agreement.

*Article V*

1. The present Agreement shall be valid for a period of five years and shall be automatically renewable for periods of one year, unless either Contracting Party informs the other, at least six months in advance, that it has decided against renewal.

2. The present Agreement may be denounced by either Contracting Party and shall cease to have effect six months after the date of denunciation.

3. The denunciation shall not affect programmes and projects which are being executed, unless the Contracting Parties agree otherwise.

*Article VI*

1. Disputes over the interpretation and execution of this Agreement shall be resolved by negotiation between the Contracting Parties.

2. The present Agreement shall enter into force on the date on which the Contracting Parties notify each other in writing that their domestic legal requirements for its entry into force have been completed.

3. This Agreement shall replace the Basic Agreement on Scientific and Technical Cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Bolivia, signed on 10 July 1973.

In witness whereof, we are signing this Agreement in Fortaleza, on 17 December 1996, in two original copies in the Spanish and Portuguese languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA  
Minister for Foreign Affairs

For the Government of the Republic of Bolivia:

ANTONIO ARANIBAR  
Minister for Foreign Affairs

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

ACCORD DE BASE RELATIF À LA COOPÉRATION TECHNIQUE,  
SCIENTIFIQUE ET TECHNOLOGIQUE ENTRE LE GOUVERNEMENT  
DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE  
GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DE BOLIVIE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de Bolivie (ci-après dénommés " les Parties contractantes " ),

Désireux de resserrer les liens traditionnels d'amitié et de coopération existant entre leurs deux nations;

Conscients des avantages que procureraient aux deux pays une étroite coopération dans le domaine de la science et de la technologie;

Conviennent comme suit :

*Article premier*

1. Les Parties contractantes s'engagent à élaborer et à exécuter d'un commun accord des programmes et projets de coopération technique, scientifique et technologique.

2. Les programmes et projets de coopération dont il est question dans le présent Accord sont l'objet d'accords complémentaires régissant en particulier :

- a) La teneur et la portée des projets de recherche et des institutions chargées de les mettre en oeuvre;
- b) L'exploitation des résultats découlant des activités conjointes de recherche développement;
- c) Le financement de la coopération;
- d) Le respect des règlements en vigueur sur les lieux de travail par les scientifiques et chercheurs qui participent aux programmes d'échanges.

*Article II*

1. Aux fins du présent Accord, la coopération technique, scientifique et technologique entre les deux Parties contractantes peut revêtir les formes suivantes :

- a) Élaboration et exécution conjointes de programmes et projets de coopération technique, scientifique et technologique;
- b) Organisation de séminaires et de conférences;
- c) Réalisation de stages de formation individuelle;
- d) Échanges de renseignements et de documentation;
- e) Prestation de services consultatifs; ou
- f) Toute autre modalité dont les Parties contractantes peuvent convenir.

2. L'exécution des diverses formes de coopération technique, scientifique et technologique peuvent employer les moyens ci après :

- a) Envoi de techniciens et de chercheurs, individuellement ou en groupes;
- b) Attribution de bourses d'études pour le perfectionnement professionnel;
- c) Envoi de matériel indispensable à la réalisation de projets spécifiques.

3. Les activités de coopération prévues par le présent Accord peuvent être exécutées par des universités, des centres de recherches, des institutions et des entreprises publiques et privées, en conformité avec la législation en vigueur dans chaque pays.

4. Les Parties contractantes peuvent envisager d'un commun accord la participation de pays tiers et d'organismes multilatéraux de coopération à des programmes et projets spécifiques.

### *Article III*

1. Les Parties contractantes instituent dans le cadre du présent Accord un Groupe permanent de coordination Brésil Bolivie formé, pour le Brésil, de représentants du Ministère des relations extérieures et du Ministère de la science et de la technologie et, pour la Bolivie, de représentants du Ministère des relations extérieures et du culte et du Sous Secrétariat à l'équipement public et au financement extérieur, outre d'autres institutions compétentes des deux pays en matière technique, scientifique et technologique. Il a pour fonction de définir les domaines de coopération et les programmes nécessaires à leur mise en oeuvre.

2. Le Groupe permanent de coordination a notamment pour tâches :

- a) La création d'un climat favorable à la coopération;
- b) L'appui à la mise en oeuvre des programmes et projets convenus;
- c) La réalisation d'échange de vues sur les perspectives et les priorités de la de coopération technique, scientifique et technologique et de débats sur des propositions pour le développement futur de la coopération;
- d) L'évaluation des projets conjoints.

3. Le Groupe permanent de coordination se réunit dans l'un et l'autre pays à tour de rôle, à des dates et dans des lieux convenus par la voie diplomatique.

4. Chacune des Parties contractantes peut à tout moment soumettre à l'approbation de l'autre Partie contractante, par la voie diplomatique, le mandat et le calendrier d'exécution des projets en question.

5. Le Groupe permanent de coordination transmet les résultats de ses travaux, pour information, à la Commission mixte de coordination Brésil Bolivie.

### *Article IV*

1. Les Parties contractantes conviennent que les matériels nécessaires à la recherche conjointe et aux projets expérimentaux réalisés en application du présent Accord ne doivent être grevés d'aucun droit ou taxe d'importation et (ou) d'exportation.

2. Chaque Partie contractante doit fournir, selon ses lois et règlements, toute l'aide et toutes les facilités nécessaires aux ressortissants de l'autre Partie contractante pour réaliser les activités menées aux termes du présent Accord.

*Article V*

1. Le présent Accord, qui a une durée de cinq ans, est renouvelable par tacite reconduction pour des périodes successives d'un an, à moins que l'une des Parties contractantes n'informe l'autre, avec un préavis d'au moins six mois, de sa décision contraire.

2. Le présent Accord peut être dénoncé par l'une ou l'autre des Parties contractantes, auquel cas il cesse de déployer ses effets six mois après la date de la dénonciation.

3. À moins que les Parties contractantes n'en conviennent autrement, la dénonciation ne porte pas atteinte aux projets en cours d'exécution.

*Article VI*

1. Les différends relatifs à l'interprétation et à l'application du présent Accord sont réglés par voie de négociation entre les Parties contractantes.

2. Le présent Accord entrera en vigueur dès que les Parties contractantes se notifieront mutuellement par écrit l'accomplissement des formalités juridiques internes nécessaires à son entrée en vigueur.

3. Le présent Accord remplace l'Accord de base relatif à la coopération technique et scientifique, signé le 10 juillet 1973.

Fait à Fortaleza le 17 décembre 1996, en deux exemplaires originaux en portugais et en espagnol, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

Le Ministre d'État aux relations extérieures

LUIZ FELIPE LAMPREIA

Pour le Gouvernement de la République de Bolivie :

Le Ministre des relations extérieures et du culte

ANTONIO ARANIBAR

